

6 AÇO 1983 CONGRESSO BRASILEIRO

Moratória une Congresso

O Congresso inteiro, da esquerda a direita, exige que o governo declare a moratória. O que se discute é o seu grau. Os políticos mais à esquerda reivindicam o rompimento do Governo brasileiro com o FMI e a comunidade financeira ocidental; a maioria se inclina por uma solução mais moderada, desde o PDS a amplos segmentos oposicionistas, que se traduziria por um tipo de moratória negociada, pela qual o Governo obterá dos credores um prazo de carência entre cinco a dez anos para que o país pudesse respirar.

O senador Roberto Campos concorda em que o Brasil só terá condições de pagar uma dívida externa tão pesada (alguns falam em 90, outros em 95 bilhões de dólares) em prazo nunca inferior a 25 ou 30 anos. O ex-Ministro do Planejamento considera possível uma negociação que leve ao reescalonamento da dívida, transferindo compromissos vencidos a curto prazo em promissórias que venceriam a longo prazo. Ele mesmo, como ministro do Planejamento no Governo Castello Branco, conseguiu um reescalonamento de nossa dívida externa, àquele tempo inferior a dois bilhões de dólares.

Mas, para obter um assentimento dos credores a uma moratória negociada, há necessidade de se dar cumprimento a um ritual. Campos lembra que esse ritual já está sendo executado através das negociações estabelecidas entre o Fundo Monetário Internacional e o Governo brasileiro, que visam a garantir o cumprimento de um programa de estabilidade capaz de conseguir o saneamento econômico-financeiro do país, através de um rigoroso e duplo combate: à inflação e aos crescentes déficits públicos.

Roberto Campos considera exagerada a reação de importantes setores da sociedade brasileira ao FMI. Ele observa que o Brasil é um país associado àquela organização, como muitos outros países do mundo. O Brasil deve a mais de mil banqueiros, que não poderiam, um a um, fiscalizar o cumprimento de uma política de austeridade por parte do governo brasileiro, razão porquê confiam essa tarefa ao Fundo Monetário Internacional.

Se o Governo brasileiro der cumprimento ao novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, Campos não tem dúvida de que estará aberto o caminho para

uma efetiva renegociação da dívida externa brasileira, de tal sorte que poderíamos conseguir o prazo mais elástico de 25 a trinta anos para fazer face a esse pesado compromisso. Mas, para isso, ele adverte que será necessário cumprir um programa que distribuirá sacrifícios entre todos.

A posição assumida pelo líder do PDT, deputado Bocaiuva Cunha, não parece diferente da que adota o ex-embaixador brasileiro em Londres. Bocaiuva também pede uma negociação para se chegar à moratória. O líder do PDS no Senado, Aloysio Chaves, também constata que só uma minoria dentro do Congresso chega a propor um rompimento puro e simples com o sistema financeiro internacional, o que importaria fatalmente em represálias por parte dos nossos poderosos credores.

Campos observa, aliás, que o governo brasileiro já está, de fato, em regime de moratória não declarada com o sistema financeiro internacional, tomando novos empréstimos para pagar compromissos já vencidos. Os banqueiros estão informados naturalmente de que não teremos condições de honrar os compromissos mantidos os atuais prazos de pagamentos, mas exigem o cumprimento de um rigoroso programa de austeridade antes de concordar com a indispensável renegociação.

O senador Murilo Badaró vai propor objetivamente ao senador José Sarney, na próxima terça-feira, uma reunião do Diretório Nacional do PDS para que o partido tome posição favorável a uma moratória negociada. Badaró deseja que se forme dentro do seu partido um coro unísono em favor da renegociação, de forma a oferecer ao governo a base política de que precisa para atrair as oposições e promover um novo acordo com o sistema financeiro internacional.

O problema que agora se coloca entre as oposições e o governo é o Decreto-lei 2045, que limitou a 80 por cento do INPC os reajustes semestrais de salários. Roberto Campos dá razão ao governo quando declara a necessidade de aprovação do decreto para renovar o acordo com o FMI, dispondo-se a pressionar os deputados oposicionistas através dos governadores do PMDB e do PDT.

TARCISIO HOLANDA